A POLÍTICA DE *ACCOUNTABILITY* NO ESTADO DO TOCANTINS: PRÊMIO ESCOLA QUE TRANSFORMA

Diogo Teixeira de Castro Silva – PPGE/UFT. diogotcs@gmail.com

Ítalo Bruno Paiva Gonçalves – PGEDA/UFT. italobpg@gmail.com

Celestina Maria Pereira de Souza – PGEDA/UFT. celestepsouza@gmail.com

Rosilene Lagares – PPGE/PGEDA/UFT. roselagares@uft.edu.br

Introdução

No âmbito das políticas educacionais, a *accountability* está assentada nos processos de avaliação, prestação de contas e responsabilização, a partir de uma lógica gerencial, que prima pela eficiência, resultados e bonificações (Schneider; Nardi, 2015). A comparabilidade avaliativa decorrente desses processos avaliativos, conforme os autores supracitados, se configura como estratégia de regulação que legitima as desigualdades e diversifica as formas de avaliação.

Partindo deste pressuposto e com abordagem metodológica crítica, de natureza bibliográfica e empírico-documental, analisar-se o concurso “Prêmio Escola que Transforma”, implementado em 2023, pela Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (Seduc-TO), no âmbito do Programa de Fortalecimento da Educação do Tocantins (PROFE), que concede vantagens financeiras para as escolas, professores e estudantes vencedores. O Prêmio é justificado com a finalidade de valorizar as unidades escolares e os profissionais que desenvolvem boas práticas/práticas exitosas resultantes de projetos/ações integrados com a equipe escolar e a comunidade no processo de ensino e aprendizagem.

Problematiza-se o papel do Estado enquanto agente regulador da educação questionando: com o “Prêmio Escola que Transforma” no Estado do Tocantins é possível promover a educação de qualidade socialmente referenciada ou ele circunscreve-se ao estágio do Estado-avaliador?

As três fases do Estado-avaliador

O início da implementação de políticas de regulação ocorreu, substancialmente, sob a influência do neoliberalismo, principalmente, a partir da década de 1980. No âmbito

educacional, o Estado passou a regular cada vez mais os processos de modo a constituir um regime de regulação cuja tônica é a *Accountability* compreendida como o resultado da interação entre avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Nesse ínterim, segundo Maroy (2011), destacam-se os modelos Estado-avaliador e quase-mercado. Ambos se apresentam como alternativas modernizadoras capazes de superar o modelo burocrático-profissional, que esteve na base da constituição dos sistemas escolares massificados.

Tratando-se, especificamente, do Estado-avaliador, assim denominado por configurar-se em um modelo de regulação no qual a avaliação tem papel central na busca pela qualidade educacional ao focar nos resultados. Este modelo define os objetivos do sistema de ensino e o programa das unidades de ensino de forma centralizada, advogando às escolas certa autonomia financeira e de gestão, ofertando meios para que os objetivos sejam alcançados (Maroy, 2011). Nele há ainda incentivos simbólicos, materiais ou possibilidade de sanção aos profissionais e alunos das escolas.

Afonso (2013) delinea três fases no desenvolvimento do Estado-avaliador, que coexistem ou podem coexistir.

A primeira fase (1980/1990) materializa-se em um contexto de globalização de baixa intensidade no campo da educação e se caracteriza pela relativa autonomia dos Estados nacionais ou unidades federativas na adoção de políticas de avaliação em larga escala e pela introdução de mecanismos de *accountability*, sob discreta influência dos organismos internacionais.

A segunda fase (1990/2000...) instala-se em um contexto de consolidação da globalização e se caracteriza pelo protagonismo de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre outros.

Nesta fase, os Estados nacionais passam a definir políticas de avaliação universalizantes, isto é, passíveis de comparação com resultados de outros países, independentemente de particularidades nacionais, e que possam ser desenvolvidas precocemente no âmbito dos sistemas de ensino. Trata-se, portanto, de uma reconfiguração do Estado-avaliador.

A terceira fase é o pós-Estado-avaliador, ainda, em definição, no qual “o que está em curso é uma estratégia de exacerbação e diversificação de lógicas neoliberais de

transnacionalização” (Afonso, 2013, p. 280), que tem como centralidade a privatização da educação.

Prêmio Escola que Transforma

O Prêmio Escola que Transforma (Edital Seduc-TO nº 01, de 16 de maio de 2023) tem por objetivos: a) valorizar as escolas, profissionais da educação e estudantes com pagamento de bonificações; b) reconhecer e dar visibilidade aos esforços empreendidos pelos profissionais da educação e estudantes; c) divulgar e disseminar as práticas exitosas; d) premiar; e) fortalecer o regime de colaboração.

Para fins de avaliação dos projetos inscritos no Prêmio, foram consideradas as práticas pedagógicas das unidades escolares que alcançaram um ou mais dos critérios a seguir: I – Gestão democrática envolvendo a comunidade escolar e local; II – Desenvolvimento do protagonismo juvenil; III – Fortalecimento da competência socioemocional; IV – Interdisciplinaridade; V – Impacto positivo na aprendizagem dos estudantes por meio dos projetos/ações.

Cada projeto teve a participação do professor e de dez estudantes que foram avaliados nos critérios: I – Assiduidade - frequência no desenvolvimento das atividades do projeto/ação; II – Pontualidade - cumprimento das atividades didático-pedagógicas no tempo previsto; III – Participação - envolvimento na construção do projeto de vida; IV – Engajamento - capacidade de desenvolver atividades de forma coletiva/grupo; V – Autoconhecimento - capacidade de entender-se e entender o outro; VI – Protagonismo - autonomia e comprometimento no ensino e na aprendizagem; VII – Resultado de aprendizagem - conhecimento adquirido a partir da participação no projeto/ação.

O Prêmio resultou no pagamento de dois milhões de Reais distribuídos entre os 57 projetos selecionados em 19 modalidades, contemplando escolas estaduais e municipais regulares e de tempo integral, urbanas e rurais, indígenas, quilombolas, do campo, agrícola, cívico-militares e Educação de Jovens e Adultos.

Percebe-se, da análise do Edital do Prêmio, um conjunto de características que enfatizam o capital humano, com destaque na meritocracia, competitividade, competência e capacidade para alcançar o sucesso no âmbito escolar, desconfigurando a função social da escola: a socialização sistematizada do saber.

Conclusões

A análise do Prêmio Escola que Transforma desvela que a concessão de premiações/bonificações e vantagens financeiras para algumas escolas, professores e estudantes estimula a meritocracia, opondo-se, portanto, à ideia de uma política pública para o conjunto do Sistema de Ensino do Tocantins, demarcando o papel do Estado como avaliador, não como indutor de educação na perspectiva da qualidade socialmente referenciada, o que exige política educacional sistêmica.

O Prêmio, com uma lógica gerencial, privilegia uma política pedagógica individualista e de ranqueamento, que responsabiliza as escolas e os professores por seus resultados, na lógica da meritocracia e de esforço, como sinal de justiça, desconsiderando o dinamismo dos processos pedagógicos e os contextos sociais em que estão inseridos, como, também, o processo histórico de construção da educação pública no país e no Estado do Tocantins.

Em suma, ao premiar algumas escolas, com base em critérios avaliativos mais gerenciais, com recursos que deveriam ser destinados à implementação de políticas públicas, o Estado assume o papel de Estado-avaliador tendo a avaliação como fator determinante da qualidade educacional, com foco exclusivo nos resultados que desconsideram todos os condicionantes do contexto escolar.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbedu/a/bBY4jtTrbmqnxmRcJrQkpqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MAROY, Christian. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: DUARTE, Adriana; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte – MG, Fino Traço, 2011. p.19-46.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. *Accountability* em Educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-Avaliador? **ETD Digital**, Campinas - SP, v. 17, n. 1, p. 58-74, jan/abr. 2015. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8634818/pdf_130. Acesso em: 17 de jan. de 2024.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação. **Edital nº 01, de 16 de maio de 2023.**
Dispõe sobre o “Prêmio Escola Que Transforma – 2022/2023”. Disponível em:
<https://central.to.gov.br/download/333081>. Acesso em: 16 set. 2023.